

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 898.751  
MARANHÃO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: LÁZARO BEZERRA DUCANGES FILHO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESPÓLIO DE LÁZARO BEZERRA DUCANGES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: MANOEL ABENANTE DUCAGENS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOÃO CARLOS DUBOC JUNIOR E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Administrativo. Desapropriação. Levantamento dos títulos da dívida agrária. Dúvida quanto ao domínio. 3. Controvérsia referente aos limites objetivos da coisa julgada. Discussão de índole infraconstitucional. Necessidade do reexame do conjunto fático-probatório. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

## **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

**29/09/2015**

**SEGUNDA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 898.751  
MARANHÃO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: LÁZARO BEZERRA DUCANGES FILHO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ESPÓLIO DE LÁZARO BEZERRA DUCANGES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: MANOEL ABENANTE DUCAGENS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOÃO CARLOS DUBOC JUNIOR E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

## **RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental em recurso extraordinário com agravo contra decisão que negou provimento a recurso, ante a incidência do Enunciado 279 da Súmula do STF.

No agravo regimental, o recorrente sustenta que não há falar em reexame de fatos e provas. Além disso, reitera todos os fundamentos do recurso extraordinário.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 898.751  
MARANHÃO**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** No regimental, não ficou demonstrado o desacerto da decisão agravada. Verifico que as alegações da parte são impertinentes e decorrem de mero inconformismo com a decisão adotada por este Tribunal.

Trata-se de ação de desapropriação que já se encontra em fase de execução. Após o trânsito em julgado da decisão que reconheceu o dever de a Fazenda Pública indenizar determinada área, o Tribunal de origem determinou a suspensão da execução a fim de dirimir dúvidas quanto ao domínio da propriedade.

Verifica-se que o agravante não trouxe argumentos suficientes a infirmar a decisão, visando apenas à rediscussão da matéria já decidida em conformidade com a jurisprudência pacífica desta Corte de que a solução da controvérsia atinente aos limites da coisa julgada demanda a análise da legislação infraconstitucional e o reexame do conjunto fático-probatório, providências vedadas no âmbito do recurso extraordinário. Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. DESAPROPRIAÇÃO. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E DO REEXAME DE PROVAS (SÚMULA 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE-ED 531.204, rel. min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe 24.9.2010);

**ARE 898751 AGR / MA**

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSO CIVIL. CONTROVÉRSIA ALUSIVA AOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA. AFRONTA AO INCISO XXXVI DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VIOLAÇÃO REFLEXA. SÚMULA 279. 1. A discussão em torno dos limites objetivos da coisa julgada pertence ao plano infraconstitucional. Precedentes. 2. Incidência da Súmula 279. 3. Agravo regimental desprovido (ARE-AgR 642.716, rel. min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, DJe 22.2.2012).

Ante o exposto, mantenho o que decidido anteriormente, por seus próprios fundamentos, para negar provimento a este agravo regimental.

É como voto.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 898.751**

PROCED. : MARANHÃO

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

AGTE.(S) : LÁZARO BEZERRA DUCANGES FILHO

AGTE.(S) : ESPÓLIO DE LÁZARO BEZERRA DUCANGES

AGTE.(S) : MANOEL ABENANTE DUCAGENS

ADV.(A/S) : JOÃO CARLOS DUBOC JUNIOR E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária